

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Yasmin Dantas da Silva ¹

Michelly Cristiny Santos de Sousa ²

Nayanna Gabryelle Victor ³

Willyanne Rodrigues Maia ⁴

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender o papel do pedagogo com pessoas privadas de liberdade, evidenciando sua importância na promoção da educação como instrumento de ressocialização e inclusão social. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, analisou contribuições teóricas e experiências práticas que demonstram a relevância da atuação pedagógica junto às pessoas privadas de liberdade. Os resultados apontam que o pedagogo, ao atuar como mediador do processo educativo, contribui para o desenvolvimento de valores, a reconstrução da identidade e a reintegração do indivíduo à sociedade, mesmo diante de desafios estruturais e estigmas sociais. Assim, conclui-se que a educação nesse contexto é um direito humano essencial e uma ferramenta de transformação pessoal e social.

A atuação do pedagogo com pessoas privadas de liberdade constitui um campo de grande relevância social e educacional, por representar um meio de inclusão, exercício da cidadania e reintegração do indivíduo à vida em sociedade. A educação no contexto prisional, como destaca Libâneo (2013), vai além da simples transmissão de conteúdos, pois busca promover o desenvolvimento integral do sujeito, contemplando dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Nesse sentido, a própria Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) reconhece a educação como um direito da pessoa privada de liberdade e como elemento fundamental para a sua reintegração social, atribuindo às instituições prisionais a responsabilidade de assegurar oportunidades de escolarização e formação profissional (BRASIL, 1984). Nessa perspectiva, o pedagogo exerce papel essencial ao desenvolver práticas educativas que estimulem a autoestima, a autonomia e a reflexão crítica, contribuindo para a construção de novos projetos de vida. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do pedagogo no contexto prisional e compreender como suas intervenções pedagógicas se concretizam no cotidiano, identificando desafios, estratégias e potencialidades que emergem desse processo. A relevância dessa investigação reside na compreensão da educação como um direito humano fundamental e como instrumento capaz de promover transformações pessoais e sociais. Além disso, reconhece-se a importância de aprofundar o debate sobre a presença e o papel do pedagogo nesses espaços, ainda pouco explorados na literatura, de modo a ampliar a compreensão sobre a contribuição da educação para a reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - ydsilva@alu.uern.br

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - michellysousa@alu.uern.br

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - nayannagabryelle@alu.uern.br

⁴ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - willyannemaia@alu.uern.br



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



A pesquisa foi realizada em Mossoró, Rio Grande do Norte, durante agosto e setembro de 2025. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de compreender em profundidade a atuação do pedagogo junto a pessoas privadas de liberdade e a forma como suas práticas se concretizam no dia a dia socioeducativo.

O estudo foi desenvolvido em duas etapas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica, apoiada em autores como Foucault (1987), Libâneo (2013), Fausto (2011), Pontes (2018), Santos (2015) e Julião (2007). Essa etapa permitiu situar historicamente e teoricamente a educação voltada a pessoas privadas de liberdade e compreender as especificidades da atuação pedagógica nesses contextos.

Na segunda etapa, realizou-se a pesquisa de campo. Entrevistou-se uma pedagoga que atua em uma unidade socioeducativa de Mossoró. A escolha foi intencional, considerando sua experiência prática com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online com perguntas abertas, em formato de entrevista semiestruturada, permitindo à participante relatar livremente suas estratégias, desafios e resultados percebidos em sua atuação.

A análise dos dados seguiu um procedimento qualitativo interpretativo, baseado nas referências estudadas. Procurou-se identificar categorias como desafios enfrentados, estratégias de ensino, impactos das práticas educativas na socialização e percepções sobre a formação profissional do pedagogo. Os dados foram organizados e interpretados de modo a evidenciar o papel do pedagogo como mediador e agente de transformação social. Durante todo o processo, foram respeitados princípios éticos, assegurando o anonimato da participante e a confidencialidade das informações, garantindo que os dados fossem utilizados apenas para fins desta pesquisa.

A pesquisa evidenciou a importância da atuação do pedagogo junto a pessoas privadas de liberdade, destacando impactos tanto na formação profissional quanto na trajetória dos adolescentes atendidos. Em termos de formação, evidencia-se que atuar nesse contexto exige competências específicas. A entrevistada destacou a necessidade de empatia, paciência, criatividade e habilidade para lidar com situações complexas. Ela afirmou que a graduação fornece apenas uma base inicial, sendo indispensável buscar cursos e capacitações complementares.

Os desafios enfrentados pelos profissionais também foram evidentes. Diferenças de níveis de aprendizado, diversidade de perfis emocionais e sociais, além da limitação de recursos, exigem estratégias adaptadas. A entrevistada utiliza a ludicidade para engajar os adolescentes, mostrando como o pedagogo precisa ajustar suas práticas às realidades concretas. Esse enfoque dialoga com Novelli e Louzada (2012), que defendem a educação nesse contexto como um caminho para resgatar a cidadania, reduzir a ociosidade e preparar os jovens para futuras oportunidades na sociedade.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



Quanto aos impactos, os dados indicam que a atuação pedagógica transforma vidas. A profissional relatou casos de adolescentes que, inicialmente desmotivados, passaram a se interessar pelos estudos e a refletir sobre escolhas e perspectivas de futuro. Isso confirma a ideia de Santos (2015), segundo a qual a educação em ambientes de privação de liberdade deve ser transformadora, conscientizando sobre deveres e direitos, e preservando valores culturais. Essa transformação evidencia que o trabalho do pedagogo vai além da instrução formal, atuando como instrumento de inclusão social e ressocialização.

Outro aspecto importante foi a dificuldade de acesso a esses ambientes, que evidencia a necessidade de planejamento e cautela. A burocracia, exigências de segurança e a limitação de profissionais disponíveis reforçam que o trabalho pedagógico exige persistência, sensibilidade ética e adaptação constante.

Por fim, os resultados mostram que a atuação do pedagogo em contextos socioeducativos fortalece a profissão e evidencia seu papel como mediador das aprendizagens e das oportunidades de desenvolvimento dos adolescentes. A combinação de formação continuada, estratégias pedagógicas adaptadas e atenção às necessidades dos jovens cria possibilidades reais de crescimento pessoal, de engajamento nos estudos e de reflexão sobre escolhas e direitos, contribuindo diretamente para que esses adolescentes possam reconstruir suas trajetórias de forma mais consciente e responsável.

A pesquisa evidenciou que a atuação do pedagogo junto a pessoas privadas de liberdade vai além da instrução formal, exigindo habilidades específicas, sensibilidade ética e adaptação às condições dos ambientes socioeducativos. O trabalho pedagógico contribui para o engajamento dos adolescentes, fortalecimento da autoestima e reflexão sobre direitos, deveres e escolhas, confirmando seu papel transformador, conforme apontam Novelli e Louzada (2012) e Santos (2015).

Os dados também destacam a importância da formação continuada e da especialização do pedagogo, assim como a necessidade de políticas públicas que ofereçam recursos adequados. Mesmo diante de desafios estruturais e limitações institucionais, a atuação pedagógica promove aprendizagens significativas e impacta positivamente o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, reforçando a relevância do pedagogo como mediador de oportunidades de crescimento e reintegração social.

Palavras-chave: Pedagogo. Ressocialização. Inclusão social. Direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 1984.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



FAUSTO, Carlos. Educação e justiça: desafios da educação no sistema prisional. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e reintegração social de presos. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PONTES, Ana Beatriz. Educação prisional e reintegração social: práticas pedagógicas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

SANTOS, Willian Lima. O papel do pedagogo na ressocialização de presos: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Humanas, 2018.

SANTOS, Willian Lima. O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário. Revista Científica da FASETE, v. 9, p. 102–113, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

